

Ofício Nº 60 G/SG/AFEPA/SECC/PARL

Brasília, em 2 de setembro de 2020.

Senhora Primeira-Secretária,

Em resposta ao Ofício 1^aSec/RI/E nº 1364/2020, pelo qual Vossa Excelência encaminhou o Requerimento de Informação nº 812/2020, de autoria dos deputados Alice Portugal (PCdoB/BA), Perpétua Almeida (PCdoB/AC), Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Wolney Queiroz (PDT/PE), André Figueiredo (PDT/CE), Enio Verri (PT/PR), Lídice da Mata (PSB/BA), Renildo Calheiros (PCdoB/PE) e outros, que "requer informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado Das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, sobre a distribuição, pelo Itamaraty, de apostila destinada aos Centros Culturais Brasil sediados no exterior, contendo críticas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, ao governo da Argentina e a cabelos não-alisados de mulheres brasileiras", presto, a seguir, os esclarecimentos cabíveis.

2. O Departamento Cultural e Educacional do Itamaraty não encomendou qualquer apostila como material didático para sua rede de Centros Culturais Brasileiros (CCBs) e Núcleos de Ensino de Português (NEBs) no exterior. Os professores têm autonomia para escolher seus recursos didáticos, contanto que não se

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Soraya Santos
Primeira-Secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Fls. 2 do Ofício N° 60 G/SF/AFEPA/SECC/PARL

valham de conteúdo ofensivo ou desrespeitoso ao país ou a terceiros. Ao contrário do que apontam matérias veiculadas na imprensa, não há registro do emprego de material potencialmente ofensivo por professor algum de qualquer Centro Cultural Brasileiro.

3. Com vistas a melhor esclarecer o teor das reportagens, cumpre recordar que o caso a que se refere o presente requerimento de informação remonta ao ano de 2013, quando a apostila citada nas matérias de imprensa ("Só Verbos", de autoria da professora Airamaia Chapina) foi encaminhada a repositório de materiais didáticos então criado para atender professores de português vinculados à Rede Brasil Cultural. Não há registro de que o conteúdo desse ou de qualquer outro material tenha sido objeto de revisão àquela época. A atual gestão retirou todos os materiais didáticos que haviam sido postos à disposição pelas gestões anteriores, para realizar revisão criteriosa de seu teor.

4. Tendo em conta não terem sido as apostilas, mas, sim, o acesso ao referido material cedido ao Itamaraty pela autora, em 2013, com vistas a seu uso exclusivamente para fins didáticos por professores eventualmente interessados, recomenda-se que as apostilas em apreço sejam diretamente solicitadas à referida professora, de modo a obter sua anuência com relação à circulação de material sobre o qual detém direito de propriedade intelectual.

Fls. 3 do Ofício N° 60 G/SG/AFEPA/SECC/PARL

5. A autora do material didático objeto das matérias veiculadas pela imprensa, em entrevista ao jornal "Correio Braziliense", em 15/07/2020, afirmou que: "esse material foi cedido sem eu receber nada por isso, por volta de 2013, quando Dilma era a presidente do país. Foi um momento em que o Itamaraty solicitou a vários professores a cessão de seus materiais para ajudar no ensino da língua portuguesa e promover nossa cultura. Eu desenvolvi esse material para uso em minhas aulas particulares, porque existia carência de bons materiais e os que haviam (sic) eram muitos caros. Quando o Itamaraty me procurou, achei que estaria fazendo um bem e ajudando a promover nossa língua. (...) Sobre o Lula ou o MST, eram assuntos que estavam todos os dias nos jornais, e coisas do cotidiano e notícias é o que levo para a sala de aula, para não ter uma aula chata, com exemplos apenas como: eu estou no trem, etc. Meia dúzia de exemplos, tirados de contexto, passam uma imagem muito diferente do material, que tem o único objetivo de fazer alunos treinarem verbos e vocabulário. Como jornalista, você sabe que um fato pode ser contado de diferentes formas". De acordo com o jornal, a autora "lamentou que uma pequena parte da cartilha esteja sendo usada, na sua opinião, de forma política."

6. Confirma-se, assim, não ter sido a atual gestão do Itamaraty a responsável pela inclusão, há sete anos, daquele material didático em repositório digital da rede de Centros Culturais Brasileiros.

7. Em nota de esclarecimento sobre o tema, a Sociedade Internacional de

Fls. 4 do Ofício N° 60 G/SF/AFEPA/SECC/PARL

Português Língua Estrangeira (SIPLE), principal associação de professores de português como língua estrangeira, registra que os "fatos apurados pela SIPLE permitem afirmar que a obra 'Só Verbos' não foi distribuída aos Centros Culturais e que não houve imposição de seu uso aos professores que atuam na Rede de Centros Culturais do Brasil no exterior (...)" Reconhecendo tratar-se de notícias falsas ("fake news"), a SIPLE "pede aos professores de Português como Língua Estrangeira (PLE) /Português Língua Não Materna (PLNM) que investiguem o conteúdo das notícias relativas à área antes de reduplicarem informações que depõem, injustamente, contra o trabalho desempenhado até o momento por especialistas no ensino de PLE/PLNM, pelo Itamaraty e, especialmente, contra os colegas de profissão dos CCBs no exterior, os quais, mesmo longe de seu país, de suas famílias e às vezes em condições adversas, realizam um trabalho de alta relevância no exterior, sempre respeitando a diversidade cultural local, bem como as diferentes etnias, credos, gêneros, grupos sociais ou indivíduos." O documento pode ser acessado na íntegra na página eletrônica da Associação (<https://assiple.org>).

8. A Rede Brasil Cultural (RBC) conta, hoje, com 24 Centros Culturais Brasileiros (CCBs) e 4 Núcleos de Ensino de Português (NEPs), que abrigam cerca de 130 professores e 10 mil alunos estrangeiros por ano. Além dos cursos regulares, a rede desenvolve uma série de atividades relevantes, muitas vezes desconhecidas do público em geral, tais como alfabetização de adultos na Guiné-Bissau, formação em língua portuguesa de diplomatas e funcionários de governos latino-americanos;

Fls. 5 do Ofício Nº 60 G/SF/AFEPA/SECC/PARL

ensino do idioma na região da fronteira Brasil-Uruguai, com vistas à integração das populações dos dois países; formação em língua portuguesa de policiais peruanos que atuam no combate a ilícitos transnacionais na região de fronteira; cursos de inclusão digital em Cabo Verde; ações de formação cultural em Angola, Haiti e Paraguai; e ensino de português para brasileiros nascidos no exterior na Finlândia, Itália e Líbano, entre outras iniciativas.

9. Por todos esses motivos, os Centros Culturais são elementos estratégicos da diplomacia cultural, motivo pelo qual se trabalha de maneira técnica, profissional e em amplo e permanente diálogo com especialistas. A publicação, em 2020, da coleção "Propostas Curriculares para Ensino de Português no Exterior", elaborada com base em princípios contemporâneos de ensino de idiomas e ancorada em uma visão de língua como prática social, disponível no portal da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG (<http://funag.gov.br/biblioteca/>), constitui marco no ensino de PLE/PLNM e indica a perspectiva metodológica que tem pautado a prática pedagógica dos Centros Culturais. A elaboração da coleção contou com a participação de especialistas, que empregaram conhecimentos teóricos e práticos advindos de sua formação e atuação como professores-pesquisadores.

10. Entidades respeitadas nos respectivos países em que se localizam, os Centros Culturais contam com professores com formação e experiência pedagógica, que se submetem a contínuo processo de capacitação, por meio de cursos de

Fls. 6 do Ofício Nº *60* G/SF/AFEPA/SECC/PARL

atualização com formadores técnicos de renomadas universidades brasileiras. Na mesma linha, o Itamaraty tem buscado renovar as instalações e equipamentos dos CCBs, de modo a oferecer aos profissionais e alunos condições adequadas ao ensino e aprendizagem da língua, cultura e realidade brasileiras.

Atenciosamente,



Ernesto Araújo
Ministro de Estado das Relações Exteriores